

**UM OLHAR DA PSICOLOGIA SOBRE O SISTEMA CARCERÁRIO
FEMININO: POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÕES QUE VIABILIZEM A
(RE)HUMANIZAÇÃO DAS MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE**

*A PSYCHOLOGICAL PERSPECTIVE ON THE FEMALE PRISON SYSTEM:
POSSIBILITIES FOR INTERVENTIONS THAT ENABLE THE
(RE)HUMANIZATION OF WOMEN DEPRIVED OF LIBERTY*

*UNA PERSPECTIVA PSICOLÓGICA SOBRE EL SISTEMA PENITENCIARIO
FEMENINO: POSIBILIDADES DE INTERVENCIÓN QUE POSIBILITEN LA
(RE)HUMANIZACIÓN DE LAS MUJERES PRIVADAS DE LIBERTAD*

Ana Carolina Ferreira Monteiro¹



Ana Caroline Mendes da Silva²

Cícera Mônica da Silva Sousa Martins³

Resumo: Este ensaio acadêmico tem a finalidade de explicitar as condições do encarceramento feminino brasileiro, evidenciando suas consequências para as mulheres privadas de liberdade, visando suscitar quais são as possibilidades de atuação da psicologia social nesse sistema. Vale salientar que as negligências não se findam, uma vez que são questões para além da psicologia, pois trabalhar a partir da transdisciplinaridade, que vai além do conhecimento, permite promover uma discussão comum em amplo espectro sobre um assunto buscando obter como resultado melhores impactos na sociedade. Vivemos em um mundo onde as pessoas se definem por grupos e dentre eles temos diversas classes e subdivisões que podem favorecer ou não a comunidade, sendo que os impactos mais graves geralmente são sentidos pelos grupos minoritários. Partindo do entendimento dos marcadores sociais da diferença, questões de gênero estão inclusas na discussão sobre minorias. Historicamente, o sexo feminino perpassa por diversas situações de negligência e abuso, tanto no contexto geral, quanto no contexto judiciário, além das questões de violações de direitos fundamentais básicos. Para além das questões relacionadas à desigualdade social e salarial, vale ressaltar que os altos índices de violência podem ser motivadores para o cometimento de possíveis infrações, uma vez que enquanto indivíduos, essas mulheres podem sentir-se negligenciadas no meio social onde vivem, comportar-se diferente do que é esperado. Perante o exposto,

¹ Discente do curso de Psicologia do Centro Universitário Fanor Wyden – UniFanor Wyden.

² Discente do curso de Psicologia do Centro Universitário Fanor Wyden – UniFanor Wyden.

³   Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (2025). Possui graduação em Psicologia pela Faculdade Leão Sampaio (2014), especialização em Políticas Públicas em Saúde Coletiva pela Universidade Regional do Cariri (2016), especialização em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela Anhanguera Educacional (2023) e Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (2020). Docente do Curso de Psicologia na Anhanguera Educacional e no Centro Universitário Unifanor de Fortaleza. Está vinculada a dois núcleos de pesquisa: o Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS-UFCA) e o Laboratório de Psicologia Ambiental (LOCUS-UFCA). Membro da Red Latinoamericana de Psicología Rural. Sua área de atuação é relacionada à Psicologia Social Comunitária, Psicologia Ambiental, Gestão Social, Políticas Públicas e Estudos em contextos rurais.

importante pontuar que este estudo trata-se de uma análise social que busca ressaltar a importância da mudança na composição das políticas públicas brasileira referentes a pauta penitenciária, explicitando violações de direitos ocorridos no sistema penitenciário, revelando quais são as consequências psíquicas causadas a partir dessa condição e buscando um caminho para reduzir a população carcerária feminina, além de estabelecer possíveis intervenções no processo de ressocialização da mulher privada de liberdade. Para além da mediação entre profissional da psicologia e a mulher encarcerada, existe também a obstinação em propiciar a disponibilidade de materiais de higiene, como absorvente, oferecer acesso à educação de qualidade com cursos profissionalizantes voltados para a ressocialização da presidiária e a disponibilidade de espaço para berçário se tratando de uma maternidade mais humanizada e digna para filhos de mães encarceradas, busca-se então viabilizar o processo de cumprir a pena com recursos que realmente auxiliem este período, além disso é sugerido uma revisão da disponibilidade de equipamentos e profissionais para estas mulheres

Palavras-chaves: Mulheres. Sistema Penitenciário. Saúde Mental. Cárcere. Políticas Públicas.

Abstract: This academic essay aims to explain the conditions of female incarceration in Brazil, highlighting its consequences for women deprived of their liberty, and exploring the possibilities for social psychology to act within this system. It is important to emphasize that neglect does not end there, as these are issues that extend beyond psychology. Working from a transdisciplinary perspective, which goes beyond mere knowledge, allows for a broad-spectrum common discussion on a subject, seeking to achieve better impacts on society. We live in a world where people define themselves by groups, and within these groups, there are various classes and subdivisions that may or may not benefit the community, with the most severe impacts generally being felt by minority groups. Based on an understanding of the social markers of difference, gender issues are included in the discussion about minorities. Historically, women have experienced various situations of neglect and abuse, both in the general context and in the judicial context, in addition to violations of basic fundamental rights. Beyond issues related to social and wage inequality, it is worth highlighting that high rates of violence can be motivating factors for committing potential offenses, since, as individuals, these women may feel neglected in their social environment and behave differently from what is expected. Given the above, it is important to point out that this study is a social analysis that seeks to emphasize the importance of changing the composition of Brazilian public policies related to the prison system, highlighting human rights violations that occur within the prison system, revealing the psychological consequences of this condition, and seeking a way to reduce the female prison population, as well as establishing possible interventions in the resocialization process of women deprived of their liberty. Beyond the mediation between psychology professionals and incarcerated women, there is also a commitment to providing hygiene materials such as sanitary pads, offering access to quality education with vocational courses aimed at the resocialization of female prisoners, and providing nursery space for a more humane and dignified motherhood for children of incarcerated mothers. The goal is to make the process of serving the sentence viable with resources that truly support this period. Furthermore, a review of the availability of equipment and professionals for these women is suggested.

Keywords: Women. Prison System. Mental Health. Incarceration. Public Policies.

Resúmen: Este ensayo académico busca explicar las condiciones del encarcelamiento femenino en Brasil, destacando sus consecuencias para las mujeres privadas de libertad y explorando las posibilidades de la psicología social para actuar dentro de este sistema. Es importante enfatizar que la negligencia no termina allí, ya que se trata de problemas que trascienden la psicología. Trabajar desde una perspectiva transdisciplinaria, que va más allá del mero conocimiento, permite una discusión común de amplio espectro sobre un tema, buscando lograr un mayor impacto en la sociedad. Vivimos en un mundo donde las personas se definen a sí mismas por grupos, y dentro de estos grupos, existen diversas clases y subdivisiones que pueden o no beneficiar a la comunidad, siendo los grupos minoritarios los que generalmente sufren los impactos más severos. Con base en la comprensión de los marcadores sociales de la diferencia, las cuestiones de género se incluyen en el debate sobre las minorías. Históricamente, las mujeres han experimentado diversas situaciones de negligencia y abuso, tanto en el contexto general como en el judicial, además de violaciones de sus derechos fundamentales básicos. Más allá de las cuestiones relacionadas con la desigualdad social y salarial, cabe destacar que las altas tasas de violencia pueden ser factores que motivan la comisión de posibles delitos, ya que, como individuos, estas mujeres pueden sentirse desatendidas en su entorno social y comportarse de forma diferente a la esperada. Por lo anterior, es importante señalar que este estudio es un análisis social que busca enfatizar la importancia de cambiar

Um olhar da Psicologia sobre o sistema carcerário feminino: possibilidades de intervenções que viabilizem a (re)humanização das mulheres privadas de liberdade

la composición de las políticas públicas brasileñas relacionadas con el sistema penitenciario, visibilizando las violaciones de derechos humanos que ocurren dentro del sistema penitenciario, revelando las consecuencias psicológicas de esta condición y buscando maneras de reducir la población carcelaria femenina, así como establecer posibles intervenciones en el proceso de resocialización de las mujeres privadas de libertad. Más allá de la mediación entre profesionales de la psicología y mujeres encarceladas, también existe el compromiso de proporcionar materiales de higiene como toallas sanitarias, ofrecer acceso a educación de calidad con cursos vocacionales dirigidos a la resocialización de las mujeres encarceladas y proporcionar espacios de guardería para una maternidad más humana y digna para los hijos de madres encarceladas. El objetivo es viabilizar el proceso de cumplimiento de la pena con recursos que realmente apoyen este período. Además, se sugiere revisar la disponibilidad de equipos y profesionales para estas mujeres.

Palabras clave: Mujeres. Sistema Penitenciario. Salud Mental. Encarcelamiento. Políticas Públicas.

1 Introdução

O presente estudo objetiva explicitar as condições do encarceramento feminino brasileiro, evidenciando suas consequências para as mulheres privadas de liberdade e visando suscitar quais são as possibilidades de atuação da psicologia social nesse sistema.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2022), o Brasil é um país com sua população majoritariamente feminina, que vive em uma sociedade patriarcal, onde é prevaído o poder e domínio dos homens sobre os demais sujeitos desconsiderados do padrão normativo. Mesmo estando em maior quantitativo populacional, historicamente as mulheres perpassam por situações constantes de vulnerabilidade e desigualdade social, o que é respaldado pelo pensamento patriarcal perpetuado ao longo dos séculos.

De acordo com Akotirene (2019, p.35), ao trabalhar com grupos minoritários, é preciso se atentar aos marcadores sociais da diferença (gênero, raça e classe) que são abordados a partir da noção de Interseccionalidade, compreendida como “o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais o racismo, sexismo e violências correlatas se sobrepõem”.

Levando em consideração os marcadores sociais da diferença, serão ilustrados dados sobre a situação carcerária das mulheres no Brasil. O Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC, 2017) indica que o padrão da mulher encarcerada é de jovens negras com baixa escolaridade. Essas mulheres, em sua maioria, respondem por crimes ligados ao tráfico de drogas. No Brasil tem uma escassa parcela de penitenciárias direcionadas a mulheres, dentro desses presídios, o que faz com que subsistem superlotação de celas, má infraestrutura e negação de cuidados básicos voltados à saúde. Esses fatores desatam sofrimento psíquico para a mulher privada de liberdade sintomas como: ansiedade, estresse, alteração do padrão do sono, distanciamento da família e abstinência podem desencadear transtornos ou doenças como a depressão (AUDI, 2016).

Após breve exposição direcionada ao âmbito social de uma população, abrangendo temas como a violação de direitos básicos assegurados pela Constituição Federal e pela

Lei de Execução Penal, pretende-se apresentar uma perspectiva de mediação entre profissionais da saúde mental e presidiárias. Em razão ao que foi citado previamente, este trabalho abordará as consequências psíquicas vividas por mulheres encarceradas, buscando acoplar possíveis intervenções através da psicologia social, que visam a ressocialização e bem-estar da população detenta feminina.

Visando que a Portaria Interministerial Nº 1.777, de 09 de setembro de 2003 (BRASIL, 2003), dispõe de artigos que ressaltam o cuidado, manutenção e assistência no sistema prisional para homens e mulheres, os índices por sua vez apontam baixa assistência em relação a quantidade de prisioneiras.

O presente trabalho busca então proporcionar reflexões em torno da atuação da psicologia social diante da precarização da higiene, infraestrutura e bem-estar dentro das prisões femininas brasileiras. Partindo disso, como a psicologia social pode intervir em cenários de escassez da promoção de bem-estar e qualidade no tratamento de mulheres encarceradas?

Perante o exposto, é importante validar esse escrito como uma análise social que busca mudanças na corporação brasileira, explicitando violações de direitos, revelando quais são as consequências psíquicas causadas a partir dessa condição e buscando um caminho para reduzir a população carcerária feminina, além de estabelecer possíveis intervenções no processo de ressocialização da mulher privada de liberdade.

Segundo a Secretaria Nacional de Políticas Penais- SISDEPEN (ITTC, 2017) a população carcerária feminina aumentou em mais de 600%, ultrapassando o ritmo da taxa masculina.

Por ser um número significativo, levanta-se o questionamento sobre como a psicologia social pode intervir nos cenários de insuficiência da promoção de bem-estar e qualidade no tratamento das encarceradas. Para além do que foi citado anteriormente, existe como proposta dos objetivos específicos em aclarar sobre possíveis impactos que uma mulher presa sofre diante da escassez dos produtos de higiene dentro da penitenciária e como isso atinge sobretudo quem ainda menstrua.

2 Referencial teórico

Perante a Lei de Execução Penal nº 7.210, Artigo 83, institui-se que os estabelecimentos penais femininos devem contar com áreas e serviços destinados à educação e ao trabalho, além de conceder berçários, onde serão disponibilizados para presas que são mães e querem amamentar seus filhos. Apesar de existirem leis que garantem tais direitos, fica visível através de relatos e denúncias sobre como o Estado falha para habituar tais medidas.

A partir do livro “Presos que Menstruam”, da jornalista Nana Queiroz (2015), é explicitado sobre como a falta de infraestrutura das celas, de como a negação de produtos de higiene e a violência sofrida pelos agentes penitenciários interferem negativamente na qualidade de vida das detentas.

Um olhar da Psicologia sobre o sistema carcerário feminino: possibilidades de intervenções que viabilizem a (re)humanização das mulheres privadas de liberdade

Os banheiros, por exemplo, são os chamados “bois”, ou seja, buracos no chão. Imagine uma grávida se agachando num lugar destes? Num presídio com trezentos homens e dez mulheres, quem você acha que vai trabalhar e estudar? Quem vai ter horário de banho de sol? A minoria? Os espelhos são uma lâmina onde elas se veem completamente deformadas. Imagine passar cinco ou seis anos se vendo assim e sem nunca observar seu corpo inteiro? Como você vai se imaginar? Não havia exames médicos, o kit de higiene era insuficiente. Naturalmente, a penitenciária ainda tem muitos problemas, como celas abafadas, sujas e sem ventilação, um ambiente dominado por ratos e as horríveis revistas vexatórias. (QUEIROZ, 2015, p. 75)

Em 2003, a Portaria Interministerial nº 1.777/2003 instituiu o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, onde é elencado um grupo de profissionais responsáveis pela assistência à saúde, onde estão inclusos médicos, enfermeiros, dentistas, assistentes sociais e psicólogos, que devem dar a devida atenção para uma média de 500 detentas (BRASIL, 2003). Dentro desse cenário fica elucidado sobre como todo o sistema carcerário é voltado a desproporcionalidade. A quantidade de mulheres encarceradas é altíssima, os presídios não têm capacidade para abrigar todas as prisioneiras, falta acesso a atividades de ressocialização e disponibilidade de acesso à saúde de qualidade para todas, pois

Além da escassez e falta de materiais indispensáveis à realização das práticas, oferecendo os serviços de forma precária e reduzida. Isso compromete os resultados almejados e conseqüente melhoria do atendimento ao público-alvo. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018, p. 53)

Considerando o que já foi trazido a psicologia, um método eficaz da atuação do psicólogo para executar suas intervenções é através da transdisciplinaridade, onde pode - e deve - ser conversado através de uma visão psicológica e social de cada caso. Não existe a possibilidade de mudança num tratamento individual de um paciente se não houver uma mudança em todo o sistema. A inviabilidade do trabalho exclusivo, massivo e cansativo da psicologia num ambiente adoecido, injusto e negligenciado, faz a população encarcerada feminina clamar por atenção, buscando conquistar o básico de direitos que estão sendo notadamente negados (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018).

Diante da questão prisional, a transdisciplinaridade pode ressignificar a atuação profissional, ampliar a visão do conflito pontual e legal entre o agressor e a vítima, para as relações históricas de antagonismo entre o sujeito e a sociedade, e transpor as fronteiras dos saberes, inclusive as fronteiras entre os saberes dos profissionais e os dos encarcerados. (BRASIL, 2007, p. 116).

Para além das dificuldades estruturais que reprimem o trabalho do profissional de psicologia, existe uma finalidade desproporcional entre paciente e psicólogo, já que o número de detentas é muito superior a quantidade de especialistas contratados, resultando numa alta demanda de atendimentos para os servidores, diretamente prejudicial ao tratamento da prática terapêutica e psicoeducativa.

3 Metodologia

O presente estudo trata-se de uma pesquisa exploratória, de caráter qualitativo, embasada na metodologia chamada pesquisa bibliográfica, que de acordo com Gil (2002, p. 44) é “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Para a realização dessa revisão bibliográfica, foram bases de dados do Google Acadêmico e Scielo, com a utilização dos descritores para busca: Presídio; Cárcere feminino e Saúde de mulheres. Levando em consideração artigos escritos em língua portuguesa e publicados no recorte temporal de 2000 a 2023.

O referido estudo acadêmico tem definido também como fonte a utilização do livro Presos que Menstruam, da autora Nana Queiroz, que traz histórias reais de mulheres que são desumanizadas diariamente dentro das prisões brasileiras. Para além da obra mencionada, esse estudo conta com materiais de apoio que foram intermediados através de filtros de pesquisa também a partir das Leis, Portarias e outros documentos disponibilizados em meio eletrônico.

Após a junção das informações coletadas, foi possível reunir e analisar os dados para que fosse explicado como é o funcionamento do ambiente prisional, realçando a privação de liberdade, a negação dos direitos estabelecidos pela Constituição Federal e o sofrimento psíquico despertado a partir dessa condição.

4 Resultados e discussão

Os resultados desse estudo foram provenientes de uma pesquisa qualitativa voltada para a exibição do cenário de encarceramento feminino, de como todo o sistema é negligenciado e sobre como essa falta de estrutura prejudica inclusive o trabalho dos profissionais de psicologia ao requererem intervenções precisas e não sendo possível devido a superlotação e o descaso de suporte.

As amostras contidas neste trabalho foram recolhidas através de pesquisas bibliográficas e artigos intermediados por filtros de pesquisas de sites de buscas. Este compilado foi desenvolvido para que as mulheres privadas de liberdade sejam vistas para além dos crimes cometidos, das decisões judiciais justas ou não, esbravejando em busca da formalidade de seus direitos de cidadãos dentro do sistema carcerário.

Constitui-se como uma reflexão acadêmica voltada inclusive para a psicologia social, que pontua a necessidade de oferta de condições congruentes para efetuar o serviço do psicólogo, como a disponibilidade de um local próprio para atendimentos, materiais de trabalho e novos contratos de profissionais coerentes com a demanda obtida - explicitando como o papel do psicólogo nesse sistema pode ser benéfico, seja para a mulher aprisionada ou para a sociedade a qual ela é pertencente (MEDEIROS, 2021). É preciso ressaltar a pauta de infraestrutura, pois

Um olhar da Psicologia sobre o sistema carcerário feminino: possibilidades de intervenções que viabilizem a (re)humanização das mulheres privadas de liberdade

O conhecimento das condições de funcionamento das instituições prisionais, em especial, as que abrigam mulheres, é importante para fundamentar a reflexão sobre a situação de mulheres em cumprimento de pena – que costuma permanecer obscura e silenciosa–, de modo a permitir a adoção de medidas para, se não solucionar, ao menos contribuir substancialmente para a melhoria da realidade atual. Mas, para além do contexto prisional, também configura uma grave situação social, à medida que essas mulheres também são mães e encontram escassas condições de exercer a maternidade de forma satisfatória e de minimizar a vulnerabilidade de suas famílias. (AUDI, et al., 2016, p. 122)

Para além da mediação entre profissional da psicologia e a mulher encarcerada, existe também a obstinação em propiciar a disponibilidade de materiais de higiene, como absorvente, oferecer acesso à educação de qualidade com cursos profissionalizantes voltados para a ressocialização da presidiária e a disponibilidade de espaço para berçário se tratando de uma maternidade mais humanizada e digna para filhos de mães encarceradas (CANAZARO; ARGIMON, 2010).

Diante dos apontamentos já trazido, observa-se diante da Portaria Interministerial nº 1.777 de 2003, a disposição de equipe para este público. Em relação a estes profissionais, aponta-se também a qualidade nos serviços prestados uma vez que se tem 20 horas semanais, para presídios com até 500 pessoas com pretexto levantado em relação ao pagamento das equipes. Levanta-se a preocupação de quanto vale a rehumanização destas mulheres para a comunidade (BEZERRA; FERNANDES, 2015).

Acerca das condições de disponibilização de serviços de saúde no sistema penitenciário para mulheres, o Art. 7º da portaria supracitada define o papel das secretarias estaduais de saúde e de justiça como responsáveis pelo fomento das ações de assistência em saúde, em especial no que se refere à atenção primária em saúde (prevenção de agravos e promoção de saúde) às mulheres encarceradas. No mesmo documento, é demonstrado que é preciso ter um profissional da psicologia para operacionalização das ações voltadas para saúde mental neste equipamento de política pública. Para ser concretizado o que se almeja nessa análise acadêmica, é indispensável a contratação de mais profissionais da psicologia para o sistema judiciário, incluindo trabalhadores predestinados a atuarem dentro das prisões, visando o bem-estar social, educativo e psíquico das mulheres privadas de liberdade (MEDEIROS; SILVA, 2014; MORAES, 2023).

Considerações finais

O estudo acadêmico foi desenvolvido através do impulso em explicitar sobre como é o real funcionamento do sistema carcerário feminino, indicando o cenário legítimo em que as mulheres privadas de liberdade estão inseridas, englobando majoritariamente suas questões biopsicossociais.

Para além da temática da figura feminina aprisionada, é aclarado sobre como a negação de direitos, que são assegurados pela Constituição Federal, atingem também

os profissionais contratados para trabalharem nesses ambientes, que carecem tanto de qualidade estrutural para o serviço, quanto de materiais importantes para o desenvolvimento e qualidade de um tratamento entre profissional e paciente.

Referências Bibliográficas

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidades**. São Paulo: Pólen, 2019.

AUDI, Celene Aparecida Ferrari et al. Inquérito sobre condições de saúde de mulheres encarceradas. **Saúde em Debate**, v. 40, p. 112-124, 2016.

BEZERRA, Rita de Cássia Camargo; FERNANDES, Rosa Aurea Quintella. Perfil social e de saúde de mulheres apenadas de uma penitenciária da cidade de São Paulo. **Perspectivas médicas**, v. 26, n. 2, p. 21-30, 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Diretrizes para Atuação e Formação dos Psicólogos do Sistema Prisional Brasileiro**. Brasília. 2007.

BRASIL. PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.777 de 09 de setembro de 2003. **Diário Oficial da União**. 09 set. 2003.

CANAZARO, Daniela; ARGIMON, Irani Iracema de Lima. Características, sintomas depressivos e fatores associados em mulheres encarceradas no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 26, n. 7, p. 1323-1333, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Atuação da(o) psicóloga(o) no campo da execução penal no Brasil**. Brasília. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Grupo de Trabalho discute a Atuação da Psicologia no Sistema Prisional**. 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/grupo-de-trabalho-discute-a-atuacao-da-psicologia-no-sistema-prisional/>. Acesso em: 29 out. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MEDEIROS, Ana Carolina Azevedo; SILVA, Maria Clarisse Souza. A atuação do psicólogo no sistema prisional: Analisando e propondo novas diretrizes. **Revista Transgressões**, v. 2, n. 1, p. 100-111, 2014.

MEDEIROS, Marianny Moraes de et al. Panorama das condições de saúde de um presídio feminino do nordeste brasileiro. **Rev. Pesqui.**(Univ. Fed. Estado Rio J., Online), p. 1060-1067, 2021.

MORAES, Livia França et al. Maternidade no cárcere: influência na saúde física e emocional. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 23, p. e20210246, 2023.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam: A brutal vida das mulheres - tratadas como homens - nas prisões brasileiras**. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

Editorial

Editor-chefe:

Vicente de Paulo Augusto de Oliveira Júnior
Centro Universitário Fanor Wyden
vicente.augusto@wyden.edu.br

Editora responsável:

Ozângela de Arruda Silva
Centro Universitário Fanor Wyden
ozangela.arruda@wyden.edu.br

Autor(es):

Ana Carolina Ferreira Monteiro
Centro Universitário Fanor Wyden
anacarolinamonteiro96@gmail.com

Contribuição: *Investigação, escrita e desenvolvimento do texto.*

Ana Caroline Mendes da Silva
Centro Universitário Fanor Wyden
carolpsico26@gmail.com

Contribuição: *Investigação, escrita e desenvolvimento do texto.*

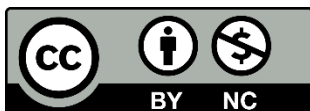
Cícera Mônica da Silva Sousa Martins
Centro Universitário Fanor Wyden
monicamartins_sousa@hotmail.com

Contribuição: *Contextualização, escrita e desenvolvimento (orientação)*

Submetido em:**Aprovado em:****Publicado em:****DOI:****Financiamento:****Como citar este trabalho:**

(ABNT)

(APA)



© 2025 Duna – Revista Multidisciplinar de Inovação e Práticas de Ensino. Centro Universitário Fanor Wyden – UniFanor Wyden. Este trabalho está licenciado sob uma licença *Creative Commons* Atribuição - Não comercial - Compartilhar 4.0 Internacional CC-BY NC 4.0 Internacional).